



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### ATA Nº 10

--- Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, reuniu ordinariamente nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Moura, com a seguinte composição: -----

--- **Álvaro José Pato Azedo** ----- **Presidente (PS)**  
--- **Salete Mansos Felício** ----- **Vereadora (CDU)**  
--- **José Francisco Calado Banha** ----- **Vereador (PS)**  
--- **Maria Helena Gomes da Costa Pais** ----- **Vereadora (CDU)**  
--- **Teresa Dolores Soares Infante** ----- **Vereadora (PS)**  
--- **Luis Pedro Silva Rico** ----- **Vereador (CDU)**  
--- **Rui Pedro de Jesus Rodrigues** ----- **Vereador (CHEGA)**

#### --- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

--- De acordo com a alínea c), do nº 1, do artigo 39.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foi justificada a falta do vereador André Albino Linhas Roxas à presente reunião. -----

--- Por despacho do presidente da câmara, proferido no dia 4 de novembro de 2025, foram designadas para lavrar a ata, a técnica superior, Ana Farinho, coadjuvada pela assistente técnica, Catarina Marques. -----

#### --- **ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO** -----

--- Verificada a existência de quórum, para efeitos do art.º 54º da LAL – Lei das Autarquias Locais, foi pelo presidente declarada aberta a reunião, eram dezassete horas, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- Aprovação da ata número nove respeitante à reunião ordinária da Câmara Municipal de Moura, realizada no dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis

### --- **PRESIDÊNCIA** -----

--- Informação do Presidente à Câmara Municipal de Moura -----

--- **011026** - Proposta - Aprovação do Projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Gestão de Combustível no Interior das Áreas Edificadas -----

--- **021026** - Proposta – Acordos de Cooperação com a União e Juntas de Freguesia do concelho de Moura -----

--- **031026** – Proposta - Contratos Interadministrativos de delegação de competências na União e Juntas de Freguesia do concelho de Moura -----

### --- **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS** -----

--- **041026** - Proposta de constituição de júris para abertura de procedimentos concursais para preenchimento de cargos dirigentes -----

### --- **DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO** -----

--- **051026** - Proposta - Empreitada de Remodelação do Mercado Municipal de Moura -----

--- **061026** - Proposta - Atribuição de apoio financeiro à Casa do Povo de Safara para comparticipação na aquisição de uma viatura para o Centro Social -----

--- **071026** - Proposta para conhecimento e posteriormente da Assembleia Municipal - Declaração correspondente às alíneas a) e b) do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março -----

--- **081026** - Proposta - 1ª Revisão às Grandes Opções do plano 2026-2030 e Orçamento para o ano de 2026 e posterior submissão à Assembleia Municipal -----

### --- **DIVISÃO DE CULTURA E PATRIMÓNIO** -----

--- **091026** - Proposta - Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Sobral da Adiça para a iniciativa "Rastos da Serra" -----

--- **101026** - Proposta - Aquisição dos projetos vencedores do Orçamento Participativo do Município de Moura 2025 - Saúde e Bem-Estar -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

- **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA** -----
- **111026** - Proposta - Ratificação do despacho do presidente datado de 27/01/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Rua da Estalagem, nº 25, em Moura, inscrito na matriz predial com o artigo n.º 1981 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1280 de 27/01/2026 -----
- **121026** - Proposta - Ratificação do despacho do presidente datado de 27/01/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Rua da Fé, nº 23, 1º - Dtº, em Moura, inscrito na matriz predial com o artigo n.º 1648 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 95.000,00€ (noventa e cinco mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1275 de 27/01/2026 -----
- **131026** - Proposta - Ratificação do despacho do presidente datado de 29/01/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Rua da Boavista, nº 71, 1 L, em Moura, inscrito na matriz predial com o artigo n.º 3208 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 160.000,00€ (cento e sessenta mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1292 de 28/01/2026 -----
- **141026** - Proposta - Ratificação do despacho do vice-presidente José Banha datado de 29/01/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Avenida do Carmo, nº 32, em Moura, inscrito na matriz predial com o artigo n.º 1795 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 85.000,00€ (oitenta e cinco mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1384 de 29/01/2026 -----
- **151026** - Proposta - Ratificação do despacho do presidente datado de 05/02/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Rua Associação dos Socorros Mútuos Santana e Costa, nº 25, Fração E, em Moura,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

inscrito na matriz predial com o artigo n.º 2307 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 89.000,00€ (oitenta e nove mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1625 de 04/02/2026 -----

--- **161026** - Proposta - Constituição do direito de superfície sobre o Lote 50 da Zona Industrial de Moura a favor da Resialentejo - Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM -----

--- **171026** - Proposta - Parecer ao abrigo do artigo 54º - DL 91/95 de 02/09, na redação dada pela Lei 64/03 de 23/08 - Constituição de Compropriedade - Courelas da Casqueira -----

--- **DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE** -----

--- **181026** - Proposta - Reconhecimento de Interesse Público Municipal - Empreitada de Conceção - Construção da ETAR de Moura - AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. e posterior submissão à Assembleia Municipal -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- O presidente da câmara, no uso da palavra e após saudar os presentes na sala, justificou a falta do vereador André Linhas Roxas e colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- O vereador Luís Rico pediu o uso da palavra e no seu uso, saudou os presentes na sala referindo que no dia cinco de fevereiro os eleitos da CDU enviaram um e-mail com um pedido de informação e uma proposta de deliberação no sentido de terem algumas informações sobre os procedimentos do município relativamente às adversidades climáticas que temos tido ao longo destas semanas. Referiu que até ao momento não tiveram qualquer resposta e que sendo um assunto importante e tendo havido várias diligências, ao longo dos dias, em todo o concelho, gostariam de perceber se existe algum relatório de ocorrências que lhes pudesse ser entregue, bem como a identificação de todos os riscos evidentes que foram acontecendo ao longo dos dias. Acrescentou que também tinham pedido nesse mesmo e-mail, uma



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

deliberação referente ao processo extraordinário de pavimentação dos arruamentos e vias municipais que se encontram degradadas, em todo o concelho. Disse que todos sabem ser uma altura difícil e que as nossas ruas e os solos não estão preparados para estas tempestades seguidas, mas, ainda assim, acreditam que poderia haver alguma intervenção e um investimento maior nestas situações uma vez que diariamente se notam essas dificuldades quando se circula de carro, não só na cidade, mas em todo o concelho. -----

--- Pediu o uso da palavra a vereadora Helena Pais e após saudar os presentes na sala disse levar à reunião um assunto que já tinha sido apresentado mais do que uma vez tendo tido, na última reunião, a intervenção do Dr. Paulo Cavaco (jurista) sobre o assunto e referente ao impedimento ou não impedimento, na votação, de representantes do município na Comoiprel. Referiu que tinham pedido um parecer jurídico, mas que apesar da sua intervenção, esse parecer jurídico ainda não lhes foi remetido. Acrescentou que voltaria a procurar esclarecer melhor a situação, porque entendem que a clareza e transparência dos atos deliberativos deve ser, realmente, reposta. Referiu que o Dr. Paulo tinha dito que precisava, através da consulta das atas, retirar questões da legalidade da proposta que estavam em causa e não conseguiu fazê-lo. Nesse sentido, levou as atas à reunião, passando a ler o que refere a ata do dia sete de novembro de dois mil e vinte cinco. Relativamente à nomeação dos representantes do município na Comoiprel, depois da votação, ficou expresso na ata que por impedimento legal, não participaram na votação da proposta o presidente da câmara e o vereador do partido Chega porque, na altura, tanto um quanto o outro, estariam indicados para representarem o município na Comoiprel. Prosseguiu referindo que no dia treze de novembro, vai novamente a mesma proposta a reunião de câmara e depois também deliberada, tendo ficado registado na ata que, por impedimento legal, a proposta não foi votada pelo presidente da câmara. Portanto, sublinhou, existiram duas votações em que se refere que o presidente da câmara estava impedido legalmente de participar na



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

votação. Prosseguiu esclarecendo que no dia três de dezembro, o mesmo assunto volta à reunião de câmara – sendo a proposta exatamente igual à proposta que já tinha sido apresentada nas reuniões anteriores – e ficou registado que a mesma foi deliberada por maioria com quatro votos a favor dos eleitos do Partido Socialista e do vereador do partido Chega. Nessa votação, referiu, o presidente acabaria por participar na deliberação dessa proposta, não lhes tendo chegado qualquer informação que a lei tenha registado alguma alteração. Nesse sentido, voltam a questionar e querem ver esclarecido porque é que numa determinada altura havia um impedimento legal e depois deixou de haver, confessando que a explicação que foi dada na última reunião, não é esclarecedora dessa situação, pelo que gostavam que essa matéria ficasse esclarecida de uma vez por todas. -----

--- Acrescentou que tinha uma outra questão em relação à intervenção do Dr. Paulo, na mesma reunião, relacionada com o Regulamento Interno da Organização dos Serviços Municipais onde afirmou que os eleitos da CDU iriam enviar por escrito esse pedido de esclarecimento, pelo que, queria deixar registado o *e-mail* que foi enviado ao presidente da câmara, passando a ler: *“No âmbito da sequência das deliberações tomadas pela Câmara Municipal de Moura e a Assembleia Municipal de Moura relativas ao Regulamento Interno da Organização dos Serviços Municipais, vimos solicitar informação e parecer jurídico sobre o procedimento adotado. Constata-se a existência de uma confusão de competências de cada um dos órgãos municipais, sendo que a Câmara Municipal aprovou uma estrutura orgânica antes da deliberação da Assembleia Municipal sobre o assunto, com realce para a questão da definição do limite de unidades orgânicas a criar. Por outro lado, a Assembleia Municipal aprovou a estrutura orgânica e a definição das suas funções, matéria que é da competência da Câmara Municipal, conforme prescreve o decreto-lei nº 305 de 2009 de 23 de outubro na sua versão atualizada. É nosso entendimento que a Assembleia Municipal tem legalmente de aprovar a estrutura orgânica nuclear e fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis sobre a proposta da*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

*Câmara, não lhe competindo aprovar regulamentos internos nem organização concreta dos serviços. Nestes termos, solicita-se fundamentação jurídica quanto à conformidade legal da proposta apresentada e ao procedimento seguido.”* -----

--- Frisou ainda que queriam deixar claro, na reunião, qual foi o pedido de esclarecimento que foi enviado ao presidente. -----

--- A vereadora Salete Felício pediu o uso da palavra e cumprimentou os presentes na sala e a quem acompanha a reunião a partir de casa. Aproveitou o facto de estar, novamente, presente na reunião, para colocar uma questão em relação à Zona Industrial da Amareleja de forma a poder transmitir essa resposta aos munícipes. Questionou quando e o que é que faz falta para avançar, quais são as empresas instaladas, se há alguma listagem dos lotes atribuídos e qual a previsão de ocupação. Disse ainda ao presidente que lhe respondesse, mas não como respondeu na última reunião em que esteve, realizada no dia catorze de janeiro. ----

--- Prosseguiu referindo que lhe fizeram chegar duas notícias que falam desse mesmo assunto que foi colocado, aludindo à previsão final da Esplanada Mercedes e que sobre essa matéria, para esclarecer o contexto, vai passar a citar as mesmas: *“A previsão de finalização do projeto é de que na próxima Santa Maria já se possam realizar no local as atividades e festejos desta festa”,* declarações de Álvaro Azedo, em notícia do jornal A Planície, *de quatro de novembro de dois mil e vinte e quatro.* - Ainda outra notícia refere: *“A obra da Esplanada Mercedes está em curso e estará concluída a tempo de aí se realizarem as festas de Santa Maria em agosto de dois mil e vinte e cinco”,* notícia de vinte de março de dois mil e vinte e cinco. -----

--- Sobre a matéria das notícias citadas, dirigiu-se ao vereador José Banha e ao presidente para dizer que tem que se falar a verdade, e esses são dois exemplos em que ou não se falou a verdade quando as notícias saíram – o que muitas vezes acontece em algumas situações de campanha eleitoral em que se empola um pouco a coisa e promete-se aquilo que às vezes se tem a certeza que não se é capaz de cumprir – ou, então, não se falou a verdade na última reunião quando se disse que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

não se tinha dito aquilo que, afinal, comprova-se ter sido dito. -----

--- O vereador Rui Rodrigues tomou a palavra e cumprimentou todos na pessoa do presidente. Disse que gostaria de falar das sucessivas tempestades, apesar de no concelho de Moura e nas zonas envolventes não ter sido uma grande desgraça. Não obstante, quis alertar para uma situação que do seu ponto de vista é uma grande desgraça e poucas pessoas se preocupam, referindo-se à questão dos animais. Salientou que se veem reportagens diárias, em vários concelhos, resgatando animais, desde gado aos animais ditos domésticos (embora não goste dessa palavra). Disse que gostaria de saber se a Proteção Civil tem tido isso em conta, sabendo que as forças de segurança têm feito esse acompanhamento, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana, nas aldeias. Referiu que gostaria de alertar sobre um crescente número de animais abandonados na Porta Nova, na zona do Tribunal, Quartéis e na Quinta de Santa Justa, em Moura. Referiu sair à noite para dar comida aos animais abandonados, junto ao Tribunal, acrescentando existir uma grande concentração de animais famintos, mas completamente dóceis, querendo alertar para esse facto uma vez que já Gandhi dizia que *"o grau de civilização de uma cidade ou de um país vê-se pela forma como os animais são tratados"*. Concluiu dizendo que em algumas freguesias – já para não dizer em todo o concelho – os animais são muito maltratados, pelo que, gostaria de sensibilizar para o bem-estar animal. -----

--- Novamente no uso da palavra, o vereador Luís Rico interveio para referir que tiveram conhecimento que a Igreja do Carmo está com grandes dificuldades no seu interior, estando interdita para a realização das celebrações porque chove dentro da sacristia e em vários locais, podendo essa situação causar alguns riscos. Questionou se existe algum apoio que a câmara vá atribuir relativamente a essa situação e gostaria de saber o que é que vai acontecer à igreja, tendo ainda em conta que as festas de Moura, dentro de poucos meses, estarão à porta. -----

--- O presidente da câmara referiu que foram colocados alguns assuntos que são



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

“requeitados” e que nada de novo trazem à discussão. Em relação à intervenção da vereadora Salete quis esclarecer que o presidente da câmara não mente e que aquilo que a imprensa local, regional ou nacional diz nas suas páginas é um problema dessa imprensa, mas aquilo que diz em reunião de câmara ou de assembleia municipal, isso sim, é um assunto seu e que fica registado em ata. Quanto às questões da Esplanada Mercedes e Zona Industrial da Amareleja, irá deixar para o vereador José Banha, esclarecer. -----

--- Em relação à questão que o vereador Rui Rodrigues colocou sobre os animais, esclareceu que no âmbito do mau tempo dos últimos tempos, houve situações em que tiveram que recolher animais, nomeadamente na freguesia de Sobral da Adiça, e que aqueles têm todos os cuidados que merecem. Prosseguiu referindo que o Cagia – Canil/Gatil Intermunicipal da Resialentejo – faz o trabalho que tem a fazer assim como a Associação SOS dos Animais de Moura, uma parceira preponderante que é apoiada pelo município e que se articula, muito bem, com o veterinário municipal. Nesse sentido, referiu que atuaram em todas as situações das quais tiveram conhecimento. Mais referiu que, muitas vezes, existe é um problema de falta de espaço no Cagia para acolher os animais, mas que a Associação SOS Animais faz um esforço extraordinário para acolher todos os animais que pode, assim como o Cagia, procurando dar-se resposta a todas as situações. Disse compreender a bondade das pessoas que dão de comer aos animais na rua, mas que essa não é uma boa prática, uma vez que só vem contribuir para que existam mais animais de rua e que os seus donos se divorciem das suas responsabilidades. Reforçou que por algum motivo são animais abandonados, uma vez os seus donos os abandonam ou, muitas vezes, deixam-nos na rua para andar à vontade e recolhem-nos ao final do dia. Pediu para que se sinalizassem as situações diretamente com o veterinário municipal para que se possa ir resolvendo, quer com a SOS Animais, quer com o Cagia. Referiu que esse é também um apelo que faz a outras pessoas uma vez que a questão do bem-estar animal é da maior importância, tendo que haver respeito,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

cuidado e entrega, seja um cão, um gato ou outro animal, uma vez que essas posturas falam muito sobre as pessoas e têm que primar por ter, realmente, uma atitude que seja de conforto para com os animais. Nesse sentido, disse que o papel da adoção também é muito importante e há que cuidar de todos – pessoas e animais. Prosseguiu referindo que há que primar pelo não abandono dos animais e quando se chega a esse ponto, que eles sejam dados para adoção. Reforçou a existência da Associação SOS Animais de Moura que faz um trabalho meritório e hercúleo, todos os dias, mas também o papel do Cagia, do qual o município de Moura é associado através da Resialentejo. -----

--- O vereador José Banha, no uso da palavra, após saudar todos os presentes, começou por responder à primeira questão da vereadora Salete, fazendo um pequeno histórico sobre a questão da Zona Industrial da Amareleja. Referiu que esta iniciou-se com um Plano de Pormenor, já há alguns anos, que teve a particularidade de não ter sido registado, ou seja, era um Plano de Pormenor que tinha efeitos registais, mas que não foi registado. Essa situação, referiu, tinha dois motivos: por um lado, existiam terrenos que ainda não estavam na posse do município e que só foram adquiridos posteriormente, por outro lado, aquele assentava em terrenos que as pessoas não queriam juntar ao Plano. Prosseguiu referindo que passada essa fase e já com o atual executivo, no processo, foi lançada a obra em que foi infraestruturada uma das três zonas que estavam previstas no plano - a fase um - que contempla vinte e dois lotes e que, felizmente, em hasta pública foram todos ocupados. Prosseguiu referindo que agora, na prática, quando tentaram registar a fase um, nenhuma Conservatória quis registar esses lotes porque dizem que tinham que ser registados no global – o que devia ter sido feito na altura em que foi elaborado o plano pormenor - e isso tem sido um entrave que os levou até este ponto. Esclareceu que neste momento, estão a alterar esse Plano para que seja possível efetuar o registo na Conservatória e passar esses lotes para a propriedade das pessoas que, em edital, já têm esse lote. Disse julgar que brevemente, no prazo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

de dois ou três meses no máximo, as pessoas terão a possibilidade de investir e registar-se os lotes a favor dos donos dos mesmos. -----

--- Em relação à Esplanada Mercedes, o vereador José Banha também fez o enquadramento desse processo, referindo que aquela abrange duas áreas. Esclareceu que o prédio, na sua globalidade, era uma fábrica de moagem juntamente com uma esplanada que utilizavam para espetáculos, referindo que quem é da Amareleja sabe que era assim. Referiu que a obra tem intervenção no lado da fábrica de moagem, a qual foi, entretanto, demolida porque já havia autos de vistoria desde 2007/2008 a mencionar que estava em derrocada, mas, entretanto, foram passando os anos e nada se fez. Prosseguiu esclarecendo que o executivo anterior, tomou a iniciativa de avançar com o que estava vertido nos autos de vistoria, há mais de quinze anos, que era no sentido de demolir a fábrica de moagem e assim foi. Referiu que se avançou com a demolição, tendo o executivo decidido que não ia só demolir e retirar o perigo que a mesma representava, mas avançar com uma requalificação daquele espaço. Esclareceu que se lançou uma empreitada para aquela área e, em março de dois mil e vinte e três, iniciaram-se as obras com um prazo de conclusão de duzentos e quarenta dias. Disse ainda que quando se falou na realização das festas, nesse espaço, em dois mil e vinte cinco, teve a ver com a particularidade de ter sido pedido ao empreiteiro que acelerasse o processo, na parte da Esplanada, para que existissem as condições mínimas para se poder fazer ali a festa e foi isso que foi sempre falado com os festeiros, uma vez que por essa altura, estes andavam num dilema sobre o espaço para a realização da festa e como a obra tinha iniciado há cerca de três/quatro meses, não era expectável que a mesma estivesse concluída em duzentos e quarenta dias. Disse que o que foram falando e acompanhando sempre, com os festeiros, foi a possibilidade de existência de condições mínimas para se fazer aí a festa e assim aconteceu. De facto, prosseguiu, foram realizadas com condições mínimas, mas aceitáveis e, felizmente, correu bem porque no final da festa todos ficaram a ganhar, nomeadamente os



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

festeiros que não tiveram problemas de maior com a conclusão das mesmas. Disse ainda que houve um período de paragem do empreiteiro de quinze dias e por essa razão tiveram que dar alguma prorrogação de prazo – não apenas por causa desse período, mas pelas situações das quais deram conhecimento através da documentação da reunião de catorze de janeiro onde se explica o que sucedeu. Disse que foi solicitado pelo empreiteiro uma prorrogação de duzentos e quarenta e nove dias que a câmara, naturalmente, não aceitou, tendo aceitado apenas uma prorrogação de cento e cinquenta e seis dias. -----

--- Essa prorrogação, referiu, tem uma explicação, designadamente dificuldades de natureza operacional, de gestão interna, constrangimentos no fornecimento de materiais e de contratação de mão de obra por parte do empreiteiro, sendo expectável que a empreitada termine no dia três de maio de dois mil e dezasseis. Disse ainda, que agora nos últimos quinze dias, por força da natureza, tendo ido à obra, várias vezes, verificou-se que os trabalhos não estão a decorrer com a velocidade que queriam que decorressem, não obstante, têm total expectativa que vão terminar nesse prazo e tudo farão para pressionar o empreiteiro para que isso aconteça, havendo muitas variáveis que, às vezes, podem influenciar o processo. ---

--- Nesse sentido, referiu que dizer que a obra podia estar concluída não é essa a realidade das coisas porque, na verdade, aquilo que foi falado com os festeiros - os principais interessados naquele processo - era que a festa se realizaria nesse espaço, no ano de dois mil e vinte e cinco, e assim aconteceu. -----

--- O presidente da câmara interveio para responder às questões que foram colocadas pela vereadora Helena Pais. Assim, em relação ao Regulamento Interno da Organização dos Serviços, referiu que receberam, no período da manhã, o pedido de informação o qual deu entrada e ao qual os serviços vão responder. Quanto ao assunto da Comoiprel, pediu à vereadora para o fazer também por escrito, fundamentando a questão da eventual ilegalidade, já que os vereadores da CDU não conseguiram perceber a intervenção do coordenador do Núcleo Jurídico,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

na passada reunião, pelo que, darão essa resposta por escrito. Quanto às questões que o vereador Luís colocou em relação à Igreja do Carmo, explicou que a câmara está sempre disponível para colaborar com todas as paróquias na resolução dos seus problemas, tendo resolvido o problema de São João Batista e de Santo Aleixo da Restauração e vão resolver, agora, o problema da Igreja de Póvoa de São Miguel. Quanto à questão da Igreja do Carmo disse que existe também um processo que se chama Convento do Carmo. Sobre este assunto, disse que na semana anterior era para ter tido uma reunião com o ministro Pinto Luz, porque, como tem dito sempre, não desistem de nenhum processo, pelo que, o processo do Convento do Carmo é para eles um assunto que só irá concluir-se quando forem bem-sucedidos quanto ao mesmo. Referiu existir uma concessão do Convento e que essa concessão está por cima da Igreja do Carmo. Referiu estar a par da situação da sacristia, tendo o Sr. Padre enviado um vídeo com o estado da mesma. Referiu ter uma reunião marcada com este, muito em breve para conversarem e tentarem minimizar a situação. Não obstante, reforçou, tem que se resolver o problema do Convento do Carmo. Informou ainda que vai ter uma reunião com o Sr. Ministro no dia vinte e sete deste mês, tendo sido esta adiada a pedido do gabinete do Senhor Ministro e na qual vai conversar não só sobre o Convento do Carmo. Referiu que têm que bater a todas as portas e não só do Turismo de Portugal, da Economia e do Secretário de Estado do Turismo, porque o Convento do Carmo é património do Estado – e quer este governo quer todos os governos que o antecederam são responsáveis pelo seu património – e não deixarão de responsabilizar o Governo pela resolução da situação. -----

--- Em relação à questão das intempéries e depressões que têm ocorrido, esclareceu ter entregue o relatório de ocorrências aos vereadores mencionando que, felizmente, não houve problemas de maior. Disse que o relatório fala daquilo que deve ser Proteção Civil dentro de um município. Referiu que para o executivo ser Proteção Civil é um compromisso muito importante com as populações e com todos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

os agentes envolvidos e que aquilo que têm vindo a construir, desde dois mil e dezassete, é esse compromisso com base na profissionalização do serviço municipal de Proteção Civil de Moura. Referiu que o fizeram recrutando técnicos, investindo na capacitação desses técnicos e na aquisição de equipamento, mas também com um trabalho de proximidade muito grande com os Bombeiros Voluntários de Moura, com quem têm cumprido todos os compromissos, quer financeiros quer aproveitando todos os mecanismos de financiamento para oferecer equipamento necessário. Disse que há relativamente pouco tempo adquiriram mais equipamento para os bombeiros, pelo serviço municipal de Proteção Civil, e que também irão lançar o concurso para o fornecimento de quarenta e quatro EPIs – Equipamento de Proteção Individuais – para os Bombeiros Voluntários de Moura, no âmbito dessa candidatura. Portanto, prosseguiu, ser Proteção Civil é isto: cuidarem dos bombeiros, articularem-se bem com eles, com as forças de segurança, estabelecimentos de ensino, Segurança Social e também ao nível da Ação Social do município, através dos seus técnicos, serviços de fiscalização e urbanismo. Referiu que as Juntas de Freguesia também têm um papel preponderante e fulcral em toda a atividade e em todas as dinâmicas da Proteção Civil, não esquecendo cada desses parceiros. Enalteceu o trabalho extraordinário que se fez ao nível do Centro Coordenador de Operações do Município de Moura e que se de facto assumem que foram poucas as preocupações, isso deve-se ao trabalho que a Proteção Civil faz, sendo preponderante trabalharem em antecipação, cuidarem do território o melhor que podem e sabem, ao longo de todos os anos, permitindo com isso criar condições para quando ocorrerem as intempéries. Quis deixar uma mensagem a todos, referindo que vão ter mais episódios dessa natureza, seja por conta dos incêndios ou de invernos mais rigorosos, sendo importante que todos sintam que são parte de toda a estrutura da Proteção Civil. Referiu ainda que todo esse trabalho foi feito, inclusive com os agrupamentos de escolas, tomando-se decisões no âmbito desse Centro Coordenador de Operações Municipais, ao nível do município, sem ter



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

existido sequer a necessidade de acionar qualquer tipo de plano, que do ponto de vista administrativo e técnico, traz outro tipo de repercussões. Reforçou que conseguiram, no âmbito municipal, fazer bem o seu trabalho com recurso a todos os parceiros e instituições já referidos, os quais fizeram um trabalho extraordinário, quer de capacitação, de antecipação de cenários, trabalho preparatório e de cuidar daquilo que é nosso. Referiu-se às chuvas intensas que ocorreram, deixando estragos com os quais tiveram que lidar e tentaram minimizar. Deixou uma mensagem de apreço aos funcionários das vias aos quais lhes foi sempre pedido – sabendo o estado das ruas naquele momento – para não deixarem de limpar a água e de tapar os buracos para evitar males maiores para as pessoas que transitam nas ruas. Referiu que tinham que continuar a fazer esse esforço, sabendo que é inglório aplicar massas, *tout venant* e britas para tapar os buracos, quando não se têm as ruas secas para fazer bem esse trabalho. No entanto, reforçou, todos têm sido incansáveis, assim como as técnicas da Ação Social no contacto com as pessoas que têm tido problemas em casa. Referiu também a existência de muitas casas devolutas no concelho, de pessoas que deixaram de cumprir a sua obrigação de conservar aquilo que é o seu património e que depois, quando cai uma parede ou fachada, o serviço do município tem que dar apoio através das suas equipas, fazendo vistorias. Prosseguiu referindo que esse trabalho com as juntas de freguesia na sinalização dessas situações, a equipa de fiscalização e a comissão de vistorias tem sido um trabalho imparável ao longo dos dias. -----

--- Referindo-se ao Relatório da Proteção Civil, disse que tendo em conta as inúmeras situações no distrito de Beja, o número de ocorrências no concelho, foram mínimas, designadamente: oito quedas de árvores, só uma dentro da cidade Moura, tendo as outras ocorrido em algumas estradas, um movimento de massa, duas desempanagens, uma queda de cabos de telecomunicações, duas estradas inundadas, uma estrada com lençóis de água, quatro estruturas danificadas por resistência ao vento e duas inundações em habitações. De facto, referiu, foram



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

poucas ocorrências para um tempo tão ingrato e tão castigador e, na sua opinião, isso fica a dever-se muito a esse trabalho anterior, de preparação, capacitação e de articulação com todos os parceiros e de trabalho incansável dos serviços do município. Referiu que é esse trabalho que define muito o caminho que fazem depois, quando acontecem períodos de maior pluviosidade, sendo certo que esses problemas climáticos vão ser cada vez mais recorrentes e têm que se preparar, cada vez melhor, quer do ponto de vista concelhio, regional e nacional. -----

--- Prosseguiu referindo que os problemas e a resposta das instituições estão à vista e que embora para alguns decisores políticos o que se passou seja aprendizagem, ao fim de tantos anos, já todos tinham a obrigação de saber alguma coisa em situações daquela natureza para darem uma resposta muito mais atempada. Referiu que no que se refere ao concelho, de facto, têm conseguido e honra seja feita aos membros do Centro de Coordenação Operacional de Moura, o qual reúne nos bombeiros, fazendo reuniões sempre que há essa necessidade, para fazer pontos de situação e acompanhar as mesmas, caso a caso. Disse que nessas reuniões, estão representados os presidentes das Juntas de Freguesia, os dois agrupamentos de escolas e a Segurança Social. Quanto às infraestruturas e referindo-se à intervenção do vereador Luís Rico que referiu a importância de agora se fazer um trabalho musculado, informou que vão fazer este trabalho, porque fazem sempre, como o vereador sabe e acompanha desde o mandato transato. Disse que todos os anos vão fazendo intervenções nos arruamentos e lançam sempre empreitadas, anuais, para fazerem arruamentos. Referiu que o vão fazer também agora, sendo um compromisso para este ano o bairro Sete-e-Meio. Não obstante, prosseguiu, olham também para as ruas que estão mais castigadas pela intempérie e o município face a essa urgência, vai resolver essas situações. -----

--- Referiu ainda que na próxima sexta-feira, através da Cimbal – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, vão enviar o levantamento das vias que estão castigadas pela intempérie para que através do Governo possa haver uma linha de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

financiamento, uma forma de financiar aqueles trabalhos, não ficando o município de Moura à espera que o dinheiro apareça. Disse que vão intervir já, estando a fazer esse levantamento preciso para se avançar com o procedimento. Não obstante, prosseguiu é só o tempo melhorar e com recurso às massas frias e aos colegas dos serviços vão fazer essa intervenção prioritária, numa lógica de minimizar os problemas, para o quanto antes tenham a empresa no terreno a fazer uma intervenção, com outro tipo de estrutura que não têm no município, sendo esta uma situação para resolver já. Disse que a proposta não foi ainda à reunião, pois têm que fazer o apuramento dos custos e das ruas que vão intervencionar. -----

--- Continuou explicitando que havia outra questão relacionada com os equipamentos municipais e que na reunião de dia 27 de fevereiro agendada com o Senhor Ministro Pinto Luz, um dos assuntos que fará questão de falar – até porque o Ministro está a para da situação assim como o Ministro da Agricultura com quem reuniu – é o da Ponte sobre a Ribeira de Alcarrache. Disse que iria transmitir que os Municípios de Moura e Mourão fizeram um estudo técnico sobre o estado da ponte, tendo sido enviado para as tutelas, lembrando a resposta que o Ministro Pedro Nuno Santos deu na altura e que não lhe agradou nada. Referiu que não basta dizer que as infraestruturas são dos municípios, mas sim, provar, que elas no âmbito do estabelecimento das acessibilidades de Alqueva passaram para os municípios, não existindo nenhum documento formal quer em Moura, quer em Mourão nesse sentido. Assim, prosseguiu, o Estado tem a obrigação de apoiar os seus municípios para a resolução desses problemas, estando neste caso a falar de um Ministro eleito pelo mesmo partido pelo qual foi eleito, não estando a desculpar-se com quem veio a seguir, mas justificando a inércia de todos eles. Disse ainda que o Ministro Pinto Luz e o Ministro da Agricultura ficaram de lhe dizer qualquer coisa sobre a “paternidade formal da ponte”. Referiu ainda que quando foi o estudo apontava-se para um investimento na ordem de um milhão e meio de euros e que antes dessa reunião com o Ministro Pinto Luz enviou o estudo, referindo que a análise do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

gabinete do Ministro era de que a ponte necessitava de obras de meia-vida – obras necessárias para que nos próximos vinte/trinta anos estivesse estabilizada. Todavia, disse, não vai esperar muito mais tempo, se não tiver uma resposta que lhe agrade. Referindo-se à linha de financiamento BEI referiu que o Município investirá fortemente com recurso a ela – atendendo a que desde o AGRIS não há um cêntimo para apoiar as juntas de freguesia quanto a caminhos vicinais assim como para as câmaras no que se refere a caminhos e estradas municipais. Ainda em relação à Ponte sobre a Ribeira de Alcarrache, referiu que se a resposta e o horizonte temporal para se resolver a situação, não lhe agrada, os municípios de Mourão e Moura vão interromper o trânsito naquela ponte – não porque ela esteja a cair, referiu, mas porque têm a garantia do Governo que a mesma precisa de obras de meia-vida, existindo uma coisa que se chama consciência e há que alertar o Estado, principal fazedor de vias no país, não podendo este divorciar-se dessa responsabilidade. Nesse sentido, voltou a reforçar que o Estado e os sucessivos governos, têm que ser responsáveis perante o seu património, não podendo deixar as vias de comunicação, sejam estradas nacionais ou regionais, na condição calamitosa em que se encontram. Reforçou a postura clara do Município, reforçando que serão sempre parceiros nestes assuntos, mas cabendo ao Estado colocar ao serviço dos municípios os recursos que necessitam para fazer face às intervenções necessárias. -----

--- O vereador Luís Rico pediu o uso da palavra, dizendo que os eleitos da CDU estão completamente de acordo relativamente à postura e ao trabalho que tem sido feito por todos os trabalhadores e todos os envolvidos no processo, agradecendo a entrega do relatório. Pediu ainda que lhes fizessem chegar o levantamento das ruas e que após a reunião com o Ministro, lhes fizessem chegar também informação clara sobre o que ficou definido, tendo em conta que o problema das estradas e dos arruamentos é um problema diário das pessoas quer para a sua atividade laboral quer para o seu dia a dia, sendo importante manter esse assunto na ordem do dia e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

exigir ao máximo aquilo que for necessário para que os reforços cheguem o mais rápido possível. -----

--- O presidente da câmara esclareceu que sempre que há reuniões daquela natureza, elas vêm sempre na informação que é enviada para os vereadores para que estejam sempre informados, pelo que, podem colocar as questões que entenderem que serão sempre esclarecidos. -----

--- Acrescentou ainda que a reunião será sobre o Convento do Carmo, o qual é património do Estado e que será também sobre a Ponte da Ribeira de Alcarrache, estradas regionais e nacionais que circundam o município de Moura, não podendo de forma alguma deixar de chamar a atenção do Governo para a importância da conservação dessas vias e a importância do financiamento dos municípios que querem e precisam desse dinheiro e dessas formas de financiamento, para fazerem esse trabalho e no apoio também às juntas de freguesia. -----

--- A vereadora Helena Pais pediu para intervir sobre o assunto, dizendo que, naquele dia o presidente da câmara não era o mesmo que, habitualmente têm ali. Referiu que, no dia de hoje, todas aquelas responsabilidades, afinal, já são do Estado referindo que aquilo que a câmara costuma fazer para bem da população, é não ficar à espera do Estado, mas desta vez fica. Referiu que é isso que os diferencia, completamente, dos eleitos da CDU. Para a CDU, prosseguiu, é urgente intervir já nos arruamentos, quer da cidade de Moura quer em todo o concelho, não podendo ficar de todo à espera do Estado para se continuar com os carros, nas estradas, em perigo, assim como as pessoas que também transitam a pé. Reforçou, novamente, que a intervenção deve ser urgente e por isso é que se prontificaram a ser, realmente, uma parte da ajuda, estando disponíveis para colaborar e elaborarem um plano que leve a que a câmara possa intervir, rapidamente, em todas as ruas que estão a necessitar de arranjos. -----

--- Relativamente aos assuntos que colocou ao presidente, considerou que os mesmos já eram assuntos velhos ou “requentados” como o presidente os qualificou.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Referiu que esses assuntos só voltaram ali porque o presidente ainda não foi capaz de responder, cabalmente, a uma situação que ele acha que já foi mais que bem explicada e entendida por todos. Disse que não teve dificuldade em perceber aquilo que ali foi dito, mas que também tem por hábito, quando não percebe alguma coisa, insistir até perceber. Referiu também – e talvez pela profissão que exerce (professora) – não ter problemas em procurar estratégias para que a percebam melhor. Referiu que se ainda não foi entendida pelas explicações e até pelas atas que ali mostrou, terá todo o gosto em enviar, novamente, o pedido de esclarecimento por escrito até que a entendam e a possam esclarecer da situação cabalmente. -----

--- O presidente da câmara novamente no uso da palavra disse que a vereadora não percebeu porque não percebe mesmo e deu o exemplo do arranjo das ruas. Referiu que ninguém disse na reunião que seria o Governo a reparar as ruas de Moura. O que disse e repete, prosseguiu, é que o Município vai intervir nas suas ruas e está fazendo esse levantamento, enviando inclusive o mesmo para a Cimbal para que haja um apoio formal do Governo para essas despesas. Todavia, reforçou, a câmara não vai ficar à espera que algo aconteça. Reforçou que vão já intervir com base no levantamento e no trabalho que estão a fazer. Acrescentou que a vereadora não percebe porque não quer perceber, referindo que esta tem que arranjar qualquer coisa com que atacar o presidente da câmara, já tendo percebido que provavelmente os pedidos de esclarecimento têm que ser sempre por escrito, porque depois “dão sempre o dito pelo não dito”. Prosseguiu esclarecendo que o que disse em relação ao Estado e às estradas, foi relativamente às estradas regionais e estradas nacionais e ao financiamento da linha BEI. Quanto às ruas, acrescentou, a vereadora percebeu tudo ao contrário e quanto a esse problema já não lho consegue resolver. Acrescentou que quando chega a altura de se fazerem sacrifícios, a câmara também os faz, todavia não têm ninguém a bater-lhes à porta porque devem dinheiro como já aconteceu no passado, inclusive empresas que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

faziam as tais pavimentações eleitorais e que não eram ressarcidas dos contratos que assinavam com a câmara. Referiu que, atualmente, trabalham com o dinheiro que têm tendo feito também um levantamento de situações, eventos e outras atividades que vão deixar para trás, este ano, para aumentarem esse esforço do Município de Moura em repor o bom estado das artérias. Nesse sentido, aproveitou para informar que este ano não vão realizar a iniciativa da “Noite Branca”, uma vez que há necessidade de outros investimentos que consideram mais importantes, sendo necessário também passar esse sinal à população do concelho: a importância de se fazer sacrifícios, nesta altura, tal como fizeram sacrifícios aquando da pandemia, uma vez que quando assinam um contrato com uma empresa ou instituição, é para honrar e pagar, não podendo ninguém dizer que os executivos, desde dois mil e dezassete até ali, nunca honraram os seus compromissos. Acrescentou que o Município, cumpre do ponto de vista económico e financeiro assim como a palavra dada, pelo que, este ano tomaram essa opção. Disse que vão canalizar muitas energias para essas tarefas e quando diz energias, não é só contratualizar, mas honrar os pagamentos. Disse ainda aos vereadores que ficassem descansados em relação a essa questão, que iriam fazer-lhes chegar esse levantamento, mas que se puderem ter o apoio do Estado para fazer face a esses encargos, não vão fingir que não precisam. -----

--- O presidente da câmara referiu-se também ao ocorrido, no país, nas últimas semanas, referindo que o Município de Moura não ficou indiferente a essas ocorrências e à dor das pessoas – também bem próximo, com a perda de uma vida entre o concelho de Moura e Serpa – e que nesse sentido, fez chegar a Leiria dez mil telhas no âmbito do apoio e da atividade de articulação entre as CIMS. De igual forma, um empresário de Moura também lhes fez chegar lonas e outros materiais, que já se encontram no destino. Também se referiu a um conjunto de pequenos movimentos no concelho de Moura, os quais têm feito um trabalho extraordinário no sentido de angariarem bens de primeira necessidade e outros materiais para fazer



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

chegar às populações mais afetadas. Acrescentou que o Município de Moura estará à disposição de todos esses movimentos, nomeadamente garantindo transporte, caso tenham alguma dificuldade para fazer chegar esses materiais a quem mais necessita. Voltou a reafirmar que vão resolver o problema dos arruamentos, através de uma empreitada, num curto espaço de tempo, de forma a devolver as condições necessárias às ruas e artérias e reforçando o trabalho conjunto de todos os parceiros, incluindo as juntas de freguesias. -----

--- A vereadora Helena Pais interveio, novamente, para dizer que lhe parecia que só poderia ser assim e que não era ela que tinha dificuldades de compreensão, mas sim o presidente dificuldades em se explicar. Referindo-se a este, disse que já falou imenso, mas que ainda não foi capaz de dizer como é que vai fazer essa intervenção; diz que vai intervir, mas não explicou ainda a ninguém como é que o vai fazer e o que é certo, disse, é que falou na reunião em vários ministros e responsabilizou-os. Pediu ao presidente para não fazer aquele ar, como se ela estivesse a dizer alguma coisa que não correspondesse à realidade, pois fica registado em ata. Prosseguiu referindo que o presidente responsabilizou o Estado e vários ministros, mas que aquilo que os vereadores da CDU pedem é que fosse àquela reunião já uma proposta e uma deliberação concreta, em suma, o que é que, efetivamente, o presidente vai fazer para intervir na melhoria dos arruamentos. -----

--- O presidente da câmara disse que sabe o que a vereadora quer fazer. Referiu que aquela quer fazer das reuniões, não diz "um teatro", mas talvez uma pouco daquele programa de televisão que se chamava "Os Homens da Luta". Referiu que se foi dito que vão contratar uma empresa para intervir nas ruas, certamente que essa intervenção não será "a poder de pás, picaretas e com massas frias", será uma intervenção estruturada, através de uma empresa que faz pavimentações e que se a vereadora não quer perceber, ele repetirá as vezes que forem necessárias. -----

--- Ainda sobre o assunto das pavimentações, o presidente aproveitou para dizer que a intervenção de dois mil e vinte cinco que ficou suspensa por causa da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

campanha da azeitona, na antiga Rua do Celeiro, vai ser retomada assim que possível. Disse que a suspensão ficou a dever-se ao período da campanha da azeitona, com muitos tratores e camiões a entrar e sair da zona da Cooperativa, sendo difícil a conclusão dos trabalhos os quais serão retomados após o período de grande pluviosidade que se tem verificado. -----

--- Não havendo mais intervenções o presidente deu como encerrado este período. -  
-----

### --- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

### --- RESUMO DIÁRIO -----

--- Foi presente resumo diário n.º 26, da Tesouraria, referente ao dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e seis, que regista um saldo de 3.353.223,52€ (três milhões, trezentos e cinquenta e três mil, duzentos e vinte e três euros e cinquenta e dois cêntimos) em Operações Orçamentais. -----

### --- TOMADO CONHECIMENTO. -----

### --- VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

--- Foi presente para aprovação a ata número nove, respeitante à reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura, realizada no dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS VOTANTES**, APROVAR A ATA NÚMERO NOVE, RESPEITANTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

--- NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO A VEREADORA SALETE MANSOS FELÍCIO, POR NÃO TER ESTADO PRESENTE NA REUNIÃO DE CÂMARA, EM CONFORMIDADE COM O N.º 3, DO ART.º 34.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – CPA. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### --- PRESIDÊNCIA -----

### --- Informação do Presidente à Câmara Municipal de Moura -----

--- Foi presente para conhecimento, a informação relativa à atividade do presidente da câmara e dos vereadores do Partido Socialista, no período que mediou esta e a última reunião de câmara. -----

--- O vereador Luís Rico no uso da palavra questionou relativamente à reunião que a vereadora Teresa teve com responsáveis da EDIA no dia 4 de fevereiro – ponto de situação do centro Náutico e arranjo do cais do Ancoradouro. Disse que gostariam de saber do que é que se tratou e quais foram as consequências dessa reunião. -----

--- A vereadora Teresa Infante tomou o uso da palavra e após saudar os presentes na sala, informou que foi uma reunião breve, com a intenção de esclarecer o estado da situação em que está toda a zona envolvente do Centro Náutico e de algumas queixas de quem está a explorar as atividades dos passeios de barco e da restauração, acerca do mau estado do piso. Acrescentou que não foram tomadas quaisquer decisões tendo sido agendada uma reunião com a empresa que está a executar a obra para se chegar a uma solução na agilização da reparação do piso, para que haja boas condições de trabalho e para que os visitantes do espaço tenham condições de acessibilidade. Referiu ainda que houve deslocação de algumas embarcações como consequência do temporal que se fez sentir. -----

--- O presidente interveio e em complemento da informação prestada pela vereadora, disse que foi criado uma espécie de consórcio entre a Câmara Municipal e a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva, para as obras da plataforma central de lazer, uma vez que aquela é responsável pelos trabalhos exteriores à volta dessa plataforma e dos estacionamento. Referiu que essa empreitada ainda não foi executada uma vez que a intervenção tem vindo a ser protelada ou por causa do mau tempo ou por outros motivos, não tendo ainda a EDIA feito o que lhe competia. Disse ainda, que vão sendo sensíveis às



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

preocupações da EDIA e sendo a câmara parceira, têm tido uma boa relação de trabalho. Não obstante, prosseguiu, em muitas situações não se entendem de maneira nenhuma e isso não ocorre por falta de vontade do município, mas por entenderem que a EDIA não tem dado a resposta cabal às suas preocupações. -----

--- Adiantou, que há uns tempos, enviou para o Senhor Presidente da EDIA um e-mail pedindo esclarecimentos sobre algumas questões e pedindo permissão para a leitura do parágrafo de resposta da EDIA, em relação aos arranjos exteriores e espaços verdes: *“Em relação aos arranjos exteriores do parque de estacionamento e espaços verdes, relativamente a este ponto, informa-se que a EDIA irá lançar até meados do próximo mês de fevereiro, um concurso para a execução das obras em questão, estimando-se para o efeito um período de 3 meses após a respetiva adjudicação”*. -----

--- Salientou o novo compromisso da EDIA para com o município de Moura, e disse, que há outros compromissos da empresa, não estando esquecida a questão da Estrela. Acrescentou que a EDIA continua, recorrentemente, a dizer que está a fazer o projeto por causa da questão da ETAR e o município de Moura não querendo pôr-se de parte de nenhuma solução para a Estrela, considera que a EDIA tem que acabar esse projeto de vez, mas continua na mesma. Referiu-se também à questão do regadio e dos atrasos dos blocos de rega, referindo-se ao atraso da sua construção como vergonhosa, tendo em conta que o Município de Moura foi um dos municípios que ofereceu Alqueva a esta região e ao país o qual ganhou mais de três mil milhões de euros com este projeto. Nessa medida, referiu, estão vigilantes e dentro dos processos, pugnando por chamar a atenção destas matérias, sendo aí que o Estado deveria ser mais proficiente em relação ao município. Reforçou que o Município não foge das suas responsabilidades e aceita fazer a sua parte, mas o Estado tem que fazer a parte que lhe compete porque tem um conjunto de compromissos para com o Município de Moura, sendo muito poucos ou quase nenhum os compromissos que tem honrado. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- A vereadora Helena Pais questionou acerca da reunião do dia treze de fevereiro, no Ministério da Saúde, com a Ministra da Saúde, em que o presidente esclareceu que o assunto se relacionou com a obra do Centro de Saúde de Moura. Referiu que o Estado tem um contrato firmado com a câmara, que existe uma empreitada adjudicada que está a arrancar e, nesse sentido, têm o Estado agarrado ao Município de Moura. Acrescentou que existindo alterações, no âmbito do PRR, o Estado está obrigado a resolver a situação a partir do momento em que adjudicaram a obra e estão a avançar com ela. Referiu que mau seria se continuassem com o Centro de Saúde tal como estava, sem condições nenhuma para os profissionais e para os utentes. Concluiu referindo que estão descansados e que, genuinamente acredita - até porque o Estado sabe que tem ali uma responsabilidade muito grande - que estão criadas todas as condições para essa empreitada ser concluída e que vão devolver as instalações requalificadas aos profissionais e à USBLA. -----

--- A vereadora Helena Pais questionou quando é que a obra se iniciava, dizendo ao presidente que não ia agora desmentir uma vez que ficou na ata do dia três de dezembro - quando foi a reunião de câmara a aprovação do plano de aprovação parcial do plano de desenvolvimento de segurança e saúde - em que o presidente referiu existirem todas as condições para poder avançar com a empreitada. Também no dia trinta de dezembro, prosseguiu, o vereador disse que tinha sido dito em assembleia municipal e reforçando ali que a obra ia começar na segunda quinzena de janeiro, estando-se, atualmente, na segunda quinzena de fevereiro e não se sabendo se a obra já começou parecendo-lhe que não. Mais referiu, que no dia catorze de janeiro o presidente voltou a dizer, em reunião, que considerava que existiam todas as condições para se instalar o estaleiro e a obra iniciar-se, não sabendo se tem agora outra data ou não. -----

--- O vereador José Banha referiu que tinham recebido *e-mail* do empreiteiro a indicar que havendo os constrangimentos que têm existido na última semana, estava a preparar o início da obra - se as condições climáticas o permitirem - para o dia



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

dezasseis de fevereiro de dois mil e dezasseis acreditando que na próxima segunda-feira se iniciará esse processo. -----

**--- TOMADO CONHECIMENTO.** -----

**--- Proposta - Aprovação do Projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Gestão de Combustível no Interior das Áreas Edificadas** -----

**011026** ---

--- Foi presente proposta nº 1387 da Presidência para aprovação do Projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Gestão de Combustível no Interior das Áreas Edificadas e posterior submissão para consulta pública. -----

**--- DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO USO DO FOGO E GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NO INTERIOR DAS ÁREAS EDIFICADAS E SUBMISSÃO DO DOCUMENTO A CONSULTA PÚBLICA PARA RECOLHA DE SUGESTÕES.** -----

**--- Proposta - Acordos de Cooperação com a União e Juntas de Freguesia do concelho de Moura** -----

**021026** ---

--- Foi presente proposta nº 1751 da Presidência para aprovação dos Acordos de Cooperação com a União e Juntas de Freguesia do concelho de Moura e posterior submissão à Assembleia Municipal. -----

--- O presidente da câmara esclareceu que vão aprovar dois instrumentos importantes na relação entre a câmara e as juntas de freguesia e quis deixar uma palavra de apreço pela forma cooperante, digna e proativa com que as juntas de freguesia negociaram aqueles dois acordos. Referiu que esses acordos dão resposta às necessidades e expetativas das juntas, havendo da parte do município um incremento importante e todo um trabalho de muita sinceridade, na medida em que dão passos em frente e honram-nos, pagando a tempo e horas e cumprindo as



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

obrigações para com as juntas de freguesia, sabendo que são elas quem mais conhece cada rua e cada bairro nas aldeias e vilas. -----

--- O vereador José Banha acrescentou que às vezes a oposição diz que a câmara não trabalha e não dá apoio às juntas de freguesia, ficando a informação que entre os anos de dois mil e dezoito e dois mil e vinte seis, os acordos de cooperação tiveram um aumento de cem por cento, o que se traduz na duplicação do valor dado inicialmente. -----

--- O presidente da câmara disse querer deixar uma mensagem importante, referindo que a câmara quando se compromete com as juntas de freguesia tem que cumprir e pagar a tempo e horas, porque se não o fizerem, estão a castigar duramente aqueles que honram os seus compromissos para com a câmara. Referiu que se hoje dão mais passos em frente, é porque a câmara estabilizou toda a sua atividade e tem todas as condições para honrar esses compromissos, sendo a missão das juntas e o seu trabalho preponderante, fulcral para todos, não bastando apenas assinar esses acordos. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM A UNIÃO E JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE MOURA, REFERENTES À VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, INVESTIMENTO NO ENSINO E CONTRAPARTIDA NA CEDÊNCIA POR PARTE DO EXECUTIVO DA FREGUESIA DE EQUIPAMENTOS EM INTERVENÇÕES LOCAIS E POSTERIOR SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

--- **Proposta - Contratos Interadministrativos de delegação de competências na União e Juntas de Freguesia do concelho de Moura** -----

----- **031026** -----

--- Foi presente proposta nº 1752 da Presidência para aprovação dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências na União e Juntas de Freguesia do concelho de Moura e posterior submissão à Assembleia Municipal. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- O vereador José Banha interveio para informar que também, naquele âmbito, têm negociado sempre com as juntas de freguesia e têm ido atualizando os valores ao longo dos anos, podendo dizer que há um grande aumento, de mais de sessenta e seis por cento. -----

--- O presidente da câmara esclareceu que no final da reunião vão agendar uma data com os vereadores para a realização de uma reunião extraordinária para deliberarem sobre os Acordos de transferência de competências. -----

--- O vereador Rui Rodrigues interveio para questionar se esses acordos não poderiam estar no âmbito da proposta dos acordos de cooperação com a União e as juntas de freguesia do Concelho de Moura, não percebendo bem essa divisão. -----

--- O presidente da câmara esclareceu que devido à natureza dos trabalhos que estão em causa têm que ser mesmo firmados contratos interadministrativos relacionados com aquelas competências em concreto e a proposta é também importante para se perceber o enquadramento legal que se dá aos contratos interadministrativos. -----

--- O vereador Rui Rodrigues referiu que uma delegação de competências abrange muita coisa, havendo freguesias que necessitam de um tipo de contrato que outra não precise, acabando por estar ali tudo junto. -----

--- O presidente da câmara esclareceu que por esse motivo é que cada junta de freguesia assina o seu próprio contrato, porque não têm todas as mesmas necessidades e funções, dando o exemplo da União de Freguesias de Moura e Santo Amador por ser uma junta urbana e que acaba por não ter coisas que as outras juntas de freguesia fazem, porque dada a natureza das freguesias fazem outro tipo de trabalho, respondendo o vereador que era exatamente essa a sua dúvida. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR OS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO E JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE MOURA, REFERENTES A



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE BERMAS E VALETAS, LEITURA DE CONSUMO DE ÁGUA E RECOLHA DE RESÍDUOS SELETIVOS E POSTERIOR SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

### --- **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS** -----

--- **Proposta de constituição de júris para abertura de procedimentos concursais para preenchimento de cargos dirigentes** -----

----- **041026** -----

--- Foi presente proposta nº 1745 da Divisão Administrativa e Recursos Humanos para aprovação da constituição de júris para abertura de procedimentos concursais para preenchimento de cargos dirigentes e posterior submissão da Assembleia Municipal. -----

--- A vereadora Helena Pais interveio para propor em nome da bancada da CDU a retirada daquele ponto, uma vez que ainda subsistem dúvidas quanto à conformidade legal da proposta apresentada e ao procedimento relativamente ao Regulamento Interno da Organização dos Serviços Municipais. -----

--- O presidente da câmara esclareceu que o executivo não tem dúvidas sobre a legalidade da proposta, mas que irão responder por escrito à questão que chegou, nesse dia, para clarificarem essa situação. Acrescentou que os vereadores podem votar contra a proposta e fazer declaração de voto sobre a mesma, ficando a CDU descansada quanto àquele processo. Disse não fazer sentido a retirada da proposta quando tem a garantia dos serviços que a proposta está em conformidade com a legislação. Questionou ainda a vereadora se estava esclarecida, ao que a mesma respondeu que estava esclarecida, mas que pelo motivo que referiram, iriam votar contra a proposta. -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

PELOS PARTIDOS SOCIALISTA E CHEGA E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES ELEITOS PELA CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, APROVAR A CONSTITUIÇÃO DE JÚRIS PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE PROVIMENTO DOS CARGOS DE PESSOAL DIRIGENTE: CHEFE DA DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE E CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA E POSTERIOR SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

### --- DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO -----

#### --- Proposta - Empreitada de Remodelação do Mercado Municipal de Moura ----

----- 051026 ---

--- Foi presente proposta nº 1692 da Divisão Financeira e Património referente à Empreitada de Remodelação do Mercado Municipal de Moura. -----

--- Sobre este ponto, o presidente da câmara referiu que desejou muito aquele momento e que embora todos os projetos sejam importantes para o executivo, era um dia muito feliz pelo lançamento desta empreitada. Referiu esperar que o concurso público não fique deserto, sabendo que esse é um risco que se corre em todos os concursos ou procedimento de empreitada. Ademais, acrescentou, sendo um compromisso que a correr bem vão honrar. Referiu ainda que uma vez mais, houve pareceres que se atrasaram e que o país continua a ser um rio de burocracia que faz perder muito tempo, tempo que é precioso no desenvolvimento dos processos. Disse que na passada reunião de câmara, teve oportunidade de explicar todas as vicissitudes do processo, mas chega-se, agora, a um momento importante que é o lançamento da empreitada. Quis deixar uma palavra de apreço aos técnicos do município envolvidos no projeto e ao projetista que fez, sem dúvida nenhuma, fez um bom projeto técnico. Concluiu dizendo que o projeto dá resposta às necessidades esperando, de facto, que o concurso não fique deserto. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR A EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE MOURA, NOS SEGUINTE TERMOS: QUE SE DÊ INÍCIO AO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO ARTIGO 19.º DO CCP; QUE SE APROVE O PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E O CADERNO DE ENCARGOS; QUE SE APROVE A CONSTITUIÇÃO DOS ELEMENTOS DO JÚRI; QUE TODAS AS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR, SEJAM DELEGADAS NO JÚRI, À EXCEÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS, A COMPETÊNCIA PARA A RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, A DECISÃO SOBRE ERROS OU OMISSÕES IDENTIFICADOS PELOS INTERESSADOS E DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO; QUE SE APROVE A NOMEAÇÃO COMO GESTOR DO CONTRATO AO ABRIGO DO ARTIGO 290-A DO CCP O TÉCNICO SUPERIOR – PEDRO MIGUEL EXTREIA ÂNGELO, ARQUITETO E A NÃO ADJUDICAÇÃO POR LOTES, CONSUBSTANCIADA NOS FUNDAMENTOS REFERIDOS NO PONTO 10 DA INFORMAÇÃO N.º 1647 DE 04-02-2026. -----

--- **Proposta - Atribuição de apoio financeiro à Casa do Povo de Safara para participação na aquisição de uma viatura para o Centro Social** -----

----- **061026** -----

--- Foi presente proposta nº1661 da Divisão Financeira e Património para atribuição de apoio financeiro à Casa do Povo de Safara no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros) para participação na aquisição de uma viatura para o Centro Social. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CASA DO POVO DE SAFARA, NO MONTANTE DE 5.000,00 € (CINCO MIL EUROS) PARA PARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PARA O CENTRO SOCIAL. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- Proposta para conhecimento e posteriormente da Assembleia Municipal -  
Declaração correspondente às alíneas a) e b) do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de  
21 de fevereiro, republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março -----

----- 071026 -----

--- Foi presente proposta nº 1663 da Divisão Financeira e Património para  
conhecimento e posteriormente da Assembleia Municipal - Declaração  
correspondente às alíneas a) e b) do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro,  
republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março. -----

--- O presidente da câmara explicou que aquela declaração tinha a ver com os  
compromissos plurianuais existentes a trinta e um de dezembro do ano findo que se  
encontram registados na base de dados do município e que não existem  
pagamentos em atraso a trinta e um de dezembro do ano anterior, sendo o valor  
atual dos recebimentos em atraso de 969.260,34€ (novecentos e sessenta e nove  
mil, duzentos e sessenta euros e trinta e quatro cêntimos), sendo de facto, mais uma  
conquista anual do município. -----

--- **TOMADO CONHECIMENTO** DA DECLARAÇÃO CORRESPONDENTE ÀS  
ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO,  
REPUBLICADA PELA LEI Nº 22/2015, DE 17 DE MARÇO E POSTERIOR  
SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO. -----

--- Proposta - 1ª Revisão às Grandes Opções do plano 2026-2030 e Orçamento  
para o ano de 2026 e posterior submissão à Assembleia Municipal -----

----- 081026 -----

--- Foi presente proposta nº 1717 da Divisão Financeira e Património referente à 1ª  
Revisão às Grandes Opções do plano 2026-2030 e Orçamento para o ano de 2026  
e posterior submissão à Assembleia Municipal. -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS  
PELOS PARTIDOS SOCIALISTA E CHEGA E TRÊS ABSTENÇÕES DOS



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

VEREADORES ELEITOS PELA CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, APROVAR A 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030 E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2026 E POSTERIOR SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

### --- DIVISÃO DE CULTURA E PATRIMÓNIO -----

--- **Proposta - Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Sobral da Adiça para a iniciativa "Rastos da Serra"** -----

----- **091026** -----

--- Foi presente proposta nº 1225 da Divisão de Cultura e Património para atribuição de apoio financeiro no valor de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), cedência do equipamento de som e respetivos técnicos à Junta de Freguesia de Sobral da Adiça para a iniciativa "Rastos da Serra". -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE SOBRAL DA ADIÇA PARA A INICIATIVA "RASTOS DA SERRA", A REALIZAR NOS DIAS 28 DE FEVEREIRO E 1 DE MARÇO, NOS SEGUINTE TERMOS: 500,00€ (QUINHENTOS EUROS) PARA A ORGANIZAÇÃO E PLANEAMENTO; 700,00 € (SETECENTOS EUROS) PARA A ATUAÇÃO DO GRUPO MUSICAL "SONS DO LAGO" E APOIO LOGÍSTICO DE CEDÊNCIA DE SOM E RESPETIVOS TÉCNICOS. -----

--- **Proposta - Aquisição dos projetos vencedores do Orçamento Participativo do Município de Moura 2025 - Saúde e Bem-Estar** -----

----- **101026** -----

--- Foi presente proposta nº 1716 da Divisão de Cultura e Património referente à aquisição dos projetos vencedores do Orçamento Participativo do Município de Moura 2025 - Saúde e Bem-Estar. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- O presidente da câmara quis saudar os projetos vencedores, nomeadamente o Centro Social de Amareleja, com o projeto Saúde e Bem-estar, Envelhecer com Alegria, Cuidado e Amor, o projeto Música para Cuidar, da banda SFUMA, o Jardim Terapêutico e área de exercício adaptado para idosos da Casa da Divina Providência e Maria Auxiliadora e o Choque para a Vida, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura. -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS PELOS PARTIDOS SOCIALISTA E CHEGA E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES ELEITOS PELA CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, APROVAR A AQUISIÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE MOURA 2025 - SAÚDE E BEM-ESTAR, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS CONSTANTES NA PROPOSTA N.º 1716 DE 05-02-2026. -----

### --- DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA -----

--- Proposta - Ratificação do despacho do presidente datado de 27/01/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Rua da Estalagem, n.º 25, em Moura, inscrito na matriz predial com o artigo n.º 1981 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1280 de 27/01/2026 -----

----- 111026 ---

--- Foi presente proposta n.º 1284 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, de ratificação do despacho do presidente da câmara datado de 27/01/2026, do não exercício do direito de preferência referente ao prédio sito à Rua da Estalagem, n.º 25, em Moura. -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**

PELOS PARTIDOS SOCIALISTA E CHEGA E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES ELEITOS PELA CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, APROVAR A RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DE 27/01/2026. ----

-----  
--- Proposta - Ratificação do despacho do presidente datado de 27/01/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Rua da Fé, nº 23 - 1º Dtº, em Moura, inscrito na matriz predial com o artigo n.º 1648 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 95.000,00€ (noventa e cinco mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1275 de 27/01/2026 -----

----- 121026 ---

--- Foi presente proposta nº 1290 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, de ratificação do despacho do presidente da câmara datado de 27/01/2026, do não exercício do direito de preferência referente ao prédio sito à Rua da Fé, nº 23 – 1º Dtº, em Moura. -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS PELOS PARTIDOS SOCIALISTA E CHEGA E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES ELEITOS PELA CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, APROVAR A RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DE 27/01/2026. ----

-----  
--- Proposta - Ratificação do despacho do presidente datado de 29/01/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Rua da Boavista, nº 71, 1 L, em Moura, inscrito na matriz predial com o artigo n.º 3208 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 160.000,00€ (cento e sessenta mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1292 de 28/01/2026 -----

----- 131026 ---

--- Foi presente proposta nº 1433 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

de ratificação do despacho do presidente da câmara datado de 29/01/2026, do não exercício do direito de preferência referente ao prédio sito à Rua da Boavista, nº 71, 1 L, em Moura. -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS PELOS PARTIDOS SOCIALISTA E CHEGA E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES ELEITOS PELA CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, APROVAR A RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DE 29/01/2026. ----

-----  
--- Proposta - Ratificação do despacho do vice-presidente, José Banha, datado de 29/01/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Avenida do Carmo, nº 32, em Moura, inscrito na matriz predial com o artigo n.º 1795 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 85.000,00€ (oitenta e cinco mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1384 de 29/01/2026 -----

----- 141026 ----

--- Foi presente proposta nº 1436 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, de ratificação do despacho do vice-presidente, José Banha, datado de 29/01/2026, do não exercício do direito de preferência referente ao prédio sito à Avenida do Carmo, nº 32, em Moura. -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM TRÊS VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS PELOS PARTIDOS SOCIALISTA E CHEGA E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES ELEITOS PELA CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, APROVAR A RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE JOSÉ BANHA DE 29/01/2026. -----

--- O PRESIDENTE NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO, POR IMPEDIMENTO LEGAL, EM CONFORMIDADE COM O ART.º 69.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – CPA. -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**

--- Proposta - Ratificação do despacho do presidente datado de 05/02/2026 do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito à Rua Associação dos Socorros Mútuos Santana e Costa, nº 25, Fração E, em Moura, inscrito na matriz predial com o artigo n.º 2307 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo valor de 89.000,00€ (oitenta e nove mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1625 de 04/02/2026 -----

----- **151026** ---

--- Foi presente proposta nº 1726 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, de ratificação do despacho do presidente da câmara datado de 05/02/2026, do não exercício do direito de preferência referente ao prédio sito à Rua Associação dos Socorros Mútuos Santana e Costa, nº 25, Fração E, em Moura. -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS PELOS PARTIDOS SOCIALISTA E CHEGA E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES ELEITOS PELA CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, APROVAR A RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DE 05/02/2026. ----

--- Proposta - Constituição de direito de superfície sobre o Lote 50 da Zona Industrial de Moura a favor da Resialentejo - Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM -----

----- **161026** ---

--- Foi presente proposta nº 1268 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística referente à constituição de direito de superfície sobre o Lote 50 da Zona Industrial de Moura a favor da Resialentejo - Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR A CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA RESIALENTEJO - TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, EIM, SOBRE O PRÉDIO MUNICIPAL – LOTE 50, SITO NA ZONA INDUSTRIAL DE MOURA, INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

URBANA COM O N.º 3744, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE MOURA COM O N.º 1607/20010913 E COM A ÁREA TOTAL DE 2.400,00 M2, PELO PRAZO DE CINQUENTA ANOS, A TÍTULO GRATUITO, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA OUTORGA DA ESCRITURA E APROVAR A MINUTA DO CONTRATO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO N.º 2055/2025. -----

-----  
**--- Proposta - Parecer ao abrigo do artigo 54º - Lei 91/95 de 02/09, na redação dada pela Lei 64/03 de 23/08 - Constituição de Compropriedade - Courelas da Casqueira -----**

----- 171026 -----

--- Foi presente proposta nº 1722 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística referente ao parecer ao abrigo do artigo 54º - Lei 91/95 de 02/09, na redação dada pela Lei 64/03 de 23/08 - Constituição de Compropriedade - Courelas da Casqueira.

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL AO ABRIGO DO ARTIGO 54º - LEI 91/95 DE 02/09, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 64/03 DE 23/08 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “COURELAS DA CASQUEIRA”, SITO NA FREGUESIA DE PÓVOA DE SÃO MIGUEL, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS CONSTANTES NA INFORMAÇÃO N.º 1657 DE 04-02-2026. -----

-----  
**--- DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE -----**

-----  
**--- Proposta - Reconhecimento de Interesse Público Municipal - Empreitada de Conceção - Construção da ETAR de Moura - AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. e posterior submissão à Assembleia Municipal -----**

----- 181026 -----

--- Foi presente proposta nº 1640 da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

referente ao reconhecimento de Interesse Público Municipal - Empreitada de Conceção - Construção da ETAR de Moura - AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. e posterior submissão à Assembleia Municipal. -----

--- O presidente da câmara referiu que era de todo o interesse fazerem aquele reconhecimento e congratularem-se com o investimento das Águas Públicas do Alentejo, na nossa cidade, ficando-se com um melhor serviço e com uma ETAR que dá resposta às necessidades. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR A SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO - CONSTRUÇÃO DA ETAR DE MOURA, SOLICITADO PELA ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, S.A. – AGDA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS CONSTANTES NA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 14386 DE 17-12-2025. -----

### --- **PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO** -----

--- Neste período não se registaram intervenções. -----

### --- **VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA** -----

--- De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na versão atual, foi elaborada minuta com os pontos constantes da ordem de trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

### --- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente encerrada a reunião eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos. -----

--- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

posta a votação, sendo aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário. -----

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, onze de fevereiro de 2026**

**PRESIDENTE:**

*Stivan José Alves*

**SECRETÁRIO:**

*Ana Paula Chamanga também.*